



A LUTA CONTINUA!

A mobilização de servidores e estudantes das instituições federais de educação segue dando resultados. Apesar da ridícula assinatura de um termo de acordo do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) com a entidade cartorial Proifes em maio, o Sinasefe, o Andes e a Fasubra seguiram em greve e em luta. Graças à continuidade da mobilização em todo território nacional, outra reunião foi agendada com o MGI para 03 de junho. Nesta data, foi realizado um ato de rua em São Paulo, que saiu da Estação Luz e marchou até o *campus* São Paulo, onde se comemorou o segundo “mêsversário” da greve. Enquanto isso, os

companheiros em Brasília conseguiram cavar mais uma reunião para a semana seguinte, dessa vez com o Ministério da Educação, para tratar dos famigerados “assuntos pendentes” (MEC).

A semana do dia 10, assim, agitou as bases. Logo na segunda, na “reunião” do Conif com o MEC, MGI e o presidente da república, foi anunciado um aporte de R\$5,5 bilhões para o orçamento das instituições federais. É importante ressaltar que não se trata de um valor negociado, pois o protocolo de negociação feito em 30 de abril pelas entidades em greve não obteve resposta. A fala do presidente da república, após os anúncios, desagradou

parte das bases, ao se referir pejorativamente ao trabalho docente e ao mencionar aporte de investimento em Inteligência Artificial, que tem sido aventada como substituto de trabalho docente, além de criticar o movimento paredista.

Já na terça, 11 de junho, ocorreu a mesa de negociação dos TAEs com o MGI. A primeira proposta não agradou às entidades sindicais; após alguma negociação, o governo apresentou outros termos mais consideráveis, que as entidades trouxeram para as servidoras e os servidores. Além de pequenos avanços nos *steps* dos TAEs, houve a redução dos interstícios de progressão na carreira, o RSC e a menção à possibilidade da contratação de TAEs substitutos.

Na sexta, a reunião com o MEC trouxe a revogação da Portaria 983 e a confirmação da liberação do controle de frequência para docentes EBTT, igualando-os à condição de docentes das universidades federais. Os negociadores apresentaram uma contraproposta para o reajuste e os *steps* de docentes aos representantes do MGI presentes, que veio a ser negada no dia 18 de junho.

Durante esse período, o Sinasefe esteve em luta nas bases, nas ruas e nas redes. Foi realizada uma *live* sobre assédio em tempos de greve, além das já tradicionais transmissões sobre os termos propostos nas mesas de negociação.

O acordo feito com o Proifes foi suspenso pelo poder judiciário. Apesar disso, o governo apressadamente concedeu carta sindical àquela entidade, bem como a incluiu no rol de entidades que

podem enviar representantes para as câmaras de educação básica e superior do Conselho Nacional de Educação, ao mesmo tempo que não incluiu Sinasefe e Andes nessa lista (Portaria 546/2024 do MEC).

Assim, são os termos de propostas apresentados em 15 de maio pelo MGI, no caso de docentes, e das propostas formuladas a TAEs em 11 de junho, acrescidos do anúncio orçamentário do dia 10 e das propostas feitas pelo MEC no dia 14 de junho que serão avaliados pelas bases em todo o Brasil. A seção São Paulo realiza sua Assembleia Geral Extraordinária na quinta-feira, dia 20, enquanto a Plena será realizada sexta-feira e sábado, 21 e 22 de junho.



**ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA**
HÍBRIDA
Auditório IVO Campus São
Paulo + Zoom

20 JUN + 15h

PAUTA

1. Informes.
2. Deliberação sobre as propostas do governo para as carreiras TAE e Docente.
3. Indicativo de final da greve após a assinatura das propostas com o governo.
4. Deliberação sobre campanha: Fim do Arcabouço Fiscal, Contra o PL 1904 e Fora Lira.

 SINASEFE SP

Às 14h, a AGE elegerá delegadas(os) para a 193ª Plena.

JORNADA DE LUTA EM BRASÍLIA/DF (10 A 14 DE JUNHO)



Entre os dias 10 e 14 de junho, dezoito companheiras e companheiros de diversos *campi* do IFSP (Capivari, Itaquaquecetuba, Pirituba, São Paulo, Votuporanga, Bragança Paulista, Guarulhos, Suzano, Araraquara, Jacareí, Salto e Hortolândia) foram à Brasília (DF) em caravana para participar de atos em defesa da educação pública federal. Desses atos, também participaram integrantes de entidades de classe e estudantis oriundas de vários estados do Brasil. No dia 11, foi realizado manifesto em frente ao prédio onde se situa o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) durante a realização da mesa de negociação voltada à carreira dos TAEs. A pressão exercida pela massa de servidores da educação mobilizados neste ato contribuiu para algum avanço na proposta oferecida aos TAEs pelo governo, como, por exemplo, o compromisso de implantação do Reconhecimento de

Saberes e Competências (RSC), a partir de abril de 2026.

Em 12 de junho, nossos representantes da seção paulista do SINASEFE compareceram ao Anexo II da Câmara dos Deputados a fim de acompanhar presencialmente uma reunião da Comissão de Educação da Câmara, da qual também participou o ministro da Educação, Camilo Santana. Estavam presentes representantes de outras seções do SINASEFE, do ANDES-SN e da FASUBRA. Para além da gravidade de a referida Comissão estar sendo presidida e capitalizada politicamente por elementos da extrema direita, que perceberam a dificuldade de diálogo e negociação dos sindicatos com os representantes do governo Lula, os grevistas foram impedidos de estar na sala da reunião durante a sua realização. Após muita insistência, foi permitida a participação de dois representantes de cada uma das três

federações sindicais (ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE) na reunião. Porém, os demais companheiros e companheiras presentes não puderam sequer assistir. Apesar do injusto impedimento – afinal, trata-se ali de um espaço da chamada “casa do povo”, representado na ocasião pelos servidores da educação federal – nossos companheiros e companheiras mantiveram-se mobilizados, com palavras de ordem, bandeiras e cartazes, exigindo o cumprimento de nossos direitos.

A Reunião Ampliada de Análise de Conjuntura do Comando Nacional de Greve (CNG) do SINASEFE foi realizada em 13 de junho, na sede da FENAJUFE, com a participação de representantes de outras entidades classistas de servidores da educação federal (ANDES-SN e FASUBRA) e de entidades estudantis (FENET, UBES e UNE). A reunião ocorreu em formato híbrido, permitindo também a manifestação e a apresentação de dúvidas aos que participavam on-line. Os integrantes do SINASEFE-SP participaram presencialmente desse evento e alguns tiveram a oportunidade de fazer falas, colaborando com o importante debate. Ainda nessa mesma data, após a reunião do CNG, os membros da caravana participaram solidariamente do ato “Não ao PL da gravidez infantil”, realizado em frente

ao Museu da República, contra a aprovação da tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei 1904/2024 na Câmara dos Deputados, que equipara aborto a homicídio, penalizando até mesmo menores que ficaram grávidas em decorrência de estupros.

No dia 14 de junho, finalizando essa Jornada de Lutas em Brasília, os membros da caravana se juntaram a grevistas mobilizados a partir de outras bases vinculadas ao SINASEFE, à ANDES e à FASUBRA e às entidades estudantis para um ato em frente ao Ministério da Educação (MEC), a fim de pressionar pelo atendimento às reivindicações do movimento paredista, durante a realização da mesa de negociação para as carreiras docentes (EBTT e MS). A pressão exercida pelos servidores mobilizados neste ato contribuiu para algum avanço na proposta oferecida aos docentes da carreira EBTT pelo governo, como, por exemplo, as revogações da Portaria 983/20 e do controle de ponto.

Lamentavelmente, persistiu nessas últimas mesas de negociação a postura intransigente do governo quanto à concessão de alguma recomposição salarial no ano de 2024 para os servidores da educação federal. Neste ano corrente, tristemente, continuamos amargando o 0% de reajuste salarial.

TRANCAÇO NO IFSP - CAMPUS SÃO PAULO



A mesa de negociação dos TAEs ocorreu em 11 de junho. Foi um dia importante de mobilização, no qual realizamos um trancaço no *campus* São Paulo do IFSP. Servidores do *campus* e da Reitoria, juntamente com estudantes da Matemática e da Física, reuniram-se cedo, em frente ao Portão A, para impedir a entrada de veículos. Ao longo do dia, nos posicionamos e conversamos com docentes, técnicos e discentes para sensibilização da importância do ato, convidando-os a se juntarem a nós. Alguns alunos relataram que tinham provas e apresentação de trabalhos valendo nota, então, realizaram estas atividades e depois se somaram à mobilização.

A Reitoria ficou esvaziada: alguns setores permaneceram fechados o dia todo, em outros havia um ou dois servidores. Durante o dia, passamos para distribuir adesivos aos poucos servidores que estavam presencialmente por lá, para conversar sobre a greve e para informar sobre a *live* de acompanhamento da mesa de negociação que ocorreria a partir das 16h.

Nas conversas com servidoras e servidores durante a manifestação, repercutiram muito as falas do Presidente e do Ministro da Educação, da reunião realizada com os reitores das Universidades e Institutos Federais, no dia anterior. Muitos relataram decepção, estando inconformados com a importância dada à expansão dos IFs, sem a devida estruturação dos *campi* existentes e sem a valorização do corpo docente e técnico. Ainda assim, mantinham alguma esperança nas mesas de negociação.

Na parte da manhã, a coordenação estadual montou uma mesa com café da manhã em frente ao portão de entrada dos veículos. A partir do horário do almoço, realizamos um churrasco solidário, que ficou bastante animado, com a participação de estudantes, trabalhadores terceirizados e todos que construíram a mobilização. Foi um ato importante para demonstrarmos apoio aos companheiros que estavam em Brasília em negociação com o governo e em apoio à greve pela Educação.

A GREVE FEDERAL DA EDUCAÇÃO E O ARCABOUÇO FISCAL



Construímos a greve mais massificada da história do SINASEFE e uma das mais significativas da Educação Federal e dos últimos anos, num acúmulo de lutas no período golpista e pandêmico contra o desmonte do serviço público, da figura do servidor público e da democracia em nosso país. Lutamos a boa luta e tivemos destaque em vitórias fundamentais da classe trabalhadora, como barrar a PEC 32 e eleger Lula para derrotar Bolsonaro.

Superando os limites golpistas e pandêmicos anteriores, nossa greve foi de massa e numa conjuntura defensiva da luta de classes, que ainda presencia o avanço golpista de viés neofascista ultraliberal que esteve a um passo da destruição do estado público. Por outro lado, dentro desta dominante tendência neoliberal agressiva ainda em curso, também presenciamos uma Frente Ampla governista com viés fortemente neoliberal, emparedando um governo Lula que,

defensivamente, em parte empareda a si mesmo.

Nossa greve ganhou destaque nas últimas semanas em todos os meios de comunicação e nas discussões sociais em geral, incomodou profundamente o governo Lula e bloqueou a direita brasileira com suas intenções oportunistas. Talvez a grande vitória desta greve, nesta conjuntura desfavorável, independente das conquistas outras, seja justamente ter mobilizado um potencial coletivo ao expor na práxis da luta as contradições desta Frente Ampla Amplíssima.

Frente Ampla que, sobretudo por meio do Arcabouço Fiscal, Lei Complementar nº 200/2023 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lc/lcp200.htm) e seu fetiche monetarista pelo déficit zero, bloqueia perversamente o amanhã da urgente reconstrução da Educação, Saúde, Previdência, e de todo serviço público em geral. E isso num momento histórico chave em que a

burguesia, inclusive dentro do próprio governo, discute a desvinculação de mínimos constitucionais e de reajustes lastreados pelo Salário Mínimo, visando, assim, a manutenção dos lucros rentistas através de um Banco Central autônomo do

Estado e servil ao mercado financeiro, bem como a bilionária desoneração fiscal indiscriminada (grande parte fraudada) como forma de aumentar a taxa de lucro às custas do bem público comum.



O Arcabouço Fiscal, proposto pelo Governo Lula, tendo como seu principal interlocutor o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, traz uma série de implicações que precisam ser do conhecimento de todos. É o Arcabouço Fiscal, que herda praticamente todas as perversidades originais da Emenda Constitucional nº 95 (Teto dos Gastos - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm), que limita as conquistas que esta greve histórica poderia ter obtido. Por considerar, na prática, a Educação um gasto e não um investimento, esse dispositivo legal limita o aumento do orçamento federal à Educação. Por isso, para 2024, não há condições de oferecer qualquer percentual de reajuste salarial aos servidores, sem incorrer no descumprimento das metas fiscais. Por isso, também, não há aumento orçamentário às unidades, pleito caro aos

servidores e aos estudantes. A suplementação, oferecida agora em 2024, dá um pequeno fôlego aos *campi*, sem qualquer garantia de que esse valor será incorporado ao orçamento dos próximos anos. Limitação ainda pior: é o Arcabouço Fiscal que pode impedir, com força constitucional, a aplicação dos reajustes negociados para 2025 e 2026 aos servidores, uma vez que o descumprimento das metas em 2024 proibirá o governo de executar, nos próximos exercícios, qualquer tipo de aumento orçamentário do que é considerado gasto primário governamental, como, infelizmente, é classificada a Educação.

Emparedando-se defensivamente ainda mais num cenário de emparedamento promovido pela burguesia, o governo Lula perdeu uma oportunidade política de potencializar a

mobilização popular feita na greve da educação pública federal como parte da luta para destravar nosso amanhã de uma sociedade inclusiva.

Nosso movimento sindical classista não cometerá os mesmos erros políticos. Nossa greve desdobrou um acúmulo de lutas classistas coerentes que terá como saldo uma necessária unidade e mobilização para as lutas e conquistas do próximo período: contra o golpismo, contra os sabotadores neoliberais como Lira e Campos Neto, e contra o principal instrumento neoliberal de sabotagem do governo atual por dentro da Frente Ampla: o Arcabouço Fiscal. Flexibilizar o Teto dos Gastos como parte do emparedamento político de um governo numa situação política frágil é diferente de um emparedar-se defensivamente a si mesmo interditando sua capacidade de realizar o forte investimento público social e econômico social sem o qual não teremos amanhã. Lutamos por um amanhã regido politicamente por leis de responsabilidade

social acima de toda e qualquer eventual lei de responsabilidade fiscal.

Nesse sentido, o SINASEFE apoia o Projeto de Lei Complementar (PLP) 62, 2024

(<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=242846>), que propõe a exclusão dos orçamentos da Educação e da Saúde nos limites impostos às despesas primárias pelo Arcabouço Fiscal. Urge um movimento permanente em defesa da Educação e da Saúde Públicas e a imediata retirada das amarras neoliberais presentes no Arcabouço Fiscal sobre áreas tão necessárias ao povo brasileiro.

O movimento sindical classista do SINASEFE se insere, antes, durante e depois do movimento paredista, nessa luta da classe trabalhadora mobilizada para disputar pela base os rumos do bem público contra nossa burguesia neoliberal e fascistamente predadora.

Viva a luta da classe trabalhadora!



A RECOMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA É FRUTO DA MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO FEDERAL

Após intensa mobilização dos profissionais da educação e dos estudantes, no dia 10 de junho foi anunciado pelo Governo Federal 5,5 bilhões de investimentos do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) que serão destinados às Universidades Federais e Institutos Federais, além dos hospitais universitários. Deste valor, 400 milhões serão destinados para a recomposição orçamentária em relação ao corte que houve para o ano de 2024. Esses avanços no orçamento são fruto da luta realizada através da greve das federais.



O Instituto Federal de São Paulo iniciou o ano de 2024 com o seu orçamento asfixiado, sendo mais um exemplo da situação em que se encontram as Universidades e Institutos Federais espalhados pelo país, com um orçamento equivalente ao ano de 2015, mas com o dobro de estudantes.

As principais despesas do orçamento de custeio e manutenção, segundo o ANDES, são: 8,52% de gasto com energia elétrica, 16,74% com limpeza e conservação e 10,82% na gestão de bens móveis e imóveis. Entretanto, essas três principais despesas possuem a variação inflacionária acima do geral, demonstrando, assim, que a conta das instituições federais de ensino não fecha. Isso tem como consequência o fato de as instituições federais não conseguirem garantir as melhores condições para desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, a única alternativa é uma recomposição digna do orçamento.

É preciso que o atual governo reconheça que nos últimos anos nós lutamos arduamente para combater o desmonte neoliberal da educação promovido pelos governos do golpista Michel Temer e do genocida Bolsonaro. Entretanto, o cenário orçamentário permanece sendo asfixiado no governo atual, mesmo com a pequena recomposição orçamentária. Embora o governo Lula tenha prometido durante sua campanha retomar os investimentos na

área, o orçamento para Universidades e Institutos Federais em 2024 foi menor do que o ano anterior, continuando o esvaziamento dos investimentos em ciência e tecnologia. O orçamento federal para o ensino superior e tecnologia diminuiu R\$ 117 bilhões nos últimos 10 anos, representando hoje aproximadamente metade do que foi investido em 2014. Ano após ano, nossas instituições operam com cortes e bloqueios orçamentários anunciados sem previsão de uma melhora para a educação, o que impede o avanço das políticas de permanência e da ampliação necessária da estrutura para a qualidade do nosso ensino. A desvalorização progressiva é justificada pelo novo Arcabouço Fiscal (reformulação do Teto de Gastos, antes conhecido na área da educação e da saúde como PEC do Fim do Mundo), que inviabiliza a prioridade orçamentária para áreas essenciais, destinando metade do

orçamento da União para o pagamento da dívida pública - ou seja, transfere o dinheiro do povo brasileiro para o bolso dos banqueiros -, enquanto apenas 3% do PIB é investido na educação.

Entendamos o papel que a greve nas Universidades e Institutos Federais cumpriu e cumpre na história como ferramenta de luta. Agora, mais do que nunca, queremos que o direito de lutar dos estudantes e trabalhadores seja respeitado.

Esse é o momento de avançar no programa de valorização da educação. Já conhecemos um país que teve por anos um desmonte progressivo na educação, e agora precisamos garantir um Instituto Federal do tamanho e da qualidade dos nossos sonhos.

Karla Albuquerque - Presidenta do DCE IFSP

